



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BUTIÁ**

L E I Nº 930

**CRIA O CONSELHO MUNICIPAL
DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

ADEMIR GARCIA MENDES, Prefeito Municipal de Butiá,
no uso de suas atribuições legais,

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte L E I:

CAPÍTULO I

DO CONSELHO E SUAS FINALIDADES

Artigo 1º - Fica criado o CONSELHO MUNICIPAL DA SAÚDE DE BUTIÁ, em conformidade com o artigo 174, item III da Lei Orgânica, como instância local de planejamento, gestão, fiscalização, avaliação, normatização e deliberação das ações de saúde no âmbito do Município.

CAPÍTULO II

DOS OBJETIVOS

Artigo 2º - Como objetivo principal, a atuação do Conselho Municipal da Saúde, visa a melhoria das condições de saúde da população, nos aspectos de promoção, proteção e recuperação. Para isto deve:

- I - analisar e aprovar o Plano Municipal de Saúde;
- II - exercer a fiscalização, normatização e gestão, inclusive econômico-financeira, sobre o Sistema Único de Saúde no âmbito do Município;

. . .



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BUTIÁ**

fl. 2

- ...
- III - estabelecer diretrizes para a política de recursos humanos;
 - IV - analisar previamente e aprovar, nos termos da Lei, o credenciamento de todos os prestadores de serviços, bem como os convênios ou contratos de direito público, estabelecidos ou assinados, os quais tenham a finalidade de integrá-los ao Sistema Único de Saúde;
 - V - organizar os serviços públicos locais de saúde, capacitando-os a responder a demanda assistencial local com eficiência, eficácia e efetividade, garantindo a universalização da assistência à saúde;
 - VI - fiscalizar os órgãos públicos de prestação de serviços na área de saúde, no sentido de que proporcionem uma atenção integral e um desempenho com resolutibilidade satisfatória;
 - VII - estabelecer mecanismos de controle e avaliação sobre o Sistema Único de Saúde, em nível municipal;
 - VIII - aprovar e fiscalizar a programação orçamentária da saúde;
 - IX - analisar e deliberar sobre o percentual de contrapartida dos recursos financeiros para o Sistema Único de Saúde de responsabilidade direta do Município;
 - X - analisar e deliberar sobre o relatório da gestão apresentado pelo órgão local, gerenciador do Sistema Único de Saúde;
 - XI - analisar, deliberar, encaminhar e/ou propor soluções a problemas relacionados a ações e serviços ou outras questões de saúde.
- ...



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BUTIÁ**

. . .

fl. 3

CAPÍTULO III

DA COMPOSIÇÃO

Artigo 3º - O CONSELHO MUNICIPAL DA SAÚDE, em caráter permanente e deliberativo, órgão colegiado composto de representantes do governo, prestadores de serviços, profissionais de saúde e usuários, sendo esta última representação paritária em relação aos demais segmentos, atuando na formulação de estratégia e controle de execução da política de saúde na instância correspondente.

Parágrafo Único - Comporão o Conselho Municipal da Saúde, 28 instituições relacionadas a seguir:

I - Representantes do Governo:

- a) um representante da Secretaria Municipal de Saúde;
- b) um representante da Secretaria Estadual de Saúde e Meio-Ambiente;
- c) um representante do Ministério da Saúde;

II - Representantes dos Prestadores de Serviços:

- a) um representante da FUMSA;
- b) um representante da LBA;
- c) um representante da APAE;
- d) um representante da EMATER;
- e) um representante da Inspeção Veterinária;
- f) dois representantes dos Prestadores de Serviços Privados na área da saúde.

. . .



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BUTIÁ**

fl. 4

III - Representantes dos Profissionais da Saúde:

- a) um representante do Conselho Regional de Medi
cina;
- b) um representante do Conselho Regional de Odon
tologia;
- c) um representante do Conselho Regional de En-
fermagem;
- d) um representante dos demais profissionais da
saúde.

IV - Representantes dos Usuários:

- a) um representante do Clube de Mães;
- b) um representante da Pastoral da Saúde;
- c) um representante do Sindicato dos Mineiros;
- d) um representante do Sindicato dos Metalúrgi-
cos;
- e) um representante do Sindicato dos Trabalhado-
res Rurais;
- f) um representante do SIMBU;
- g) um representante do LIONS-LÉO;
- h) um representante do CPERGS-Sindicato;
- i) cinco representantes das Associações de Mora-
dores;
- j) um representante do Sindicato dos Empregado-
res Rurais.

CAPÍTULO IV

DO FUNCIONAMENTO

Artigo 4º - O CONSELHO MUNICIPAL DA SAÚDE, será cons
tituído por:

...



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BUTIÁ**

. . .

f1. 5

- Plenária;
- Núcleo de Coordenação;
- Secretaria Técnica;
- Comissão de Fiscalização;
- Secretaria Administrativa;

Parágrafo 1º - A plenária é constituída de acordo com a composição prevista no artigo 3º.

Parágrafo 2º - A plenária é a instância máxima deste colegiado.

Artigo 5º - As plenárias ordinária e extraordinárias do CONSELHO MUNICIPAL DA SAÚDE, terão divulgação ampla e acesso assegurado ao público.

Parágrafo Único - Todas as pessoas presentes à plenária, terão direito à voz, sendo limitado o direito de voto, apenas àquelas instituições credenciadas junto à plenária do CONSELHO MUNICIPAL DA SAÚDE.

Artigo 6º - As resoluções do CONSELHO MUNICIPAL DA SAÚDE, bem como os temas tratados em plenária, reuniões do núcleo de coordenação, das comissões permanentes ou provisórias, deverão ser amplamente divulgadas.

Artigo 7º - Todas as deliberações tomadas pelo CONSELHO MUNICIPAL DA SAÚDE, deverão ser homologadas pelo Prefeito Municipal.

Artigo 8º - Caberá ao Poder Executivo, propiciar ao CONSELHO MUNICIPAL DA SAÚDE, as condições administrativas, operacionais, de recursos humanos e econômico-financeiros, que

. . .



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BUTIÁ**

. . .

f1. 6

permitam o permanente funcionamento do órgão colegiado no pleno exercício de suas atribuições legais.

Artigo 9º - As funções de Conselheiros do CONSELHO MUNICIPAL DA SAÚDE, serão exercidas gratuitamente, sendo consideradas como contribuição de relevância para a saúde da população local.

Artigo 10 - Os conselheiros integrantes do CONSELHO MUNICIPAL DA SAÚDE, que não seja servidor público municipal, quando em representação fora do Município ou a serviço do órgão colegiado, terão direito (a diária) ou ressarcimento das despesas efetuadas, pagas pelo Município, nos termos da Lei.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 11 - O CONSELHO MUNICIPAL DA SAÚDE, elaborará um Regimento Interno após 60 (sessenta) dias da publicação da presente Lei.

Parágrafo 1º - O Regimento Interno deve dispor sobre normas complementares para o funcionamento, organização e eleição dos membros dos órgãos que constituem este Colegiado.

parágrafo 2º - Na primeira plenária, deverá ser escolhida uma Comissão para a elaboração do regimento, composta de membros que compõem a plenária.

Artigo 12 - Ficará o Executivo encarregado de encaminhar à Câmara Municipal, projeto de crédito especial para o exercício de 1991 .

. . .



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BUTIÁ**


. . .

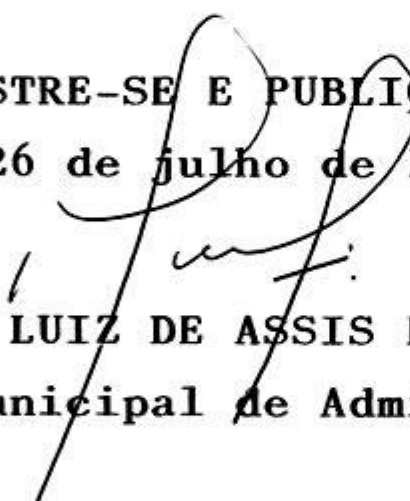
fl. 7

Artigo 13 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Em, 26 de julho de 1991


ADEMIR GARCIA MENDES
Prefeito Municipal


REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

Em, 26 de julho de 1991

MARCOS LUIZ DE ASSIS ESPINOZA
Secretário Municipal de Administração